

Multiner S.A.

Companhia Aberta - CNPJ nº 08.935.054/0001-50

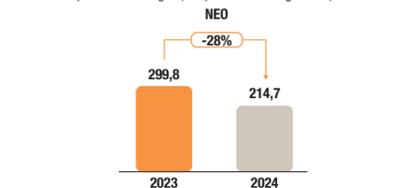
RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Em cumprimento às disposições estatutárias e legais, submetemos o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2024 da Multiner S.A. ("Companhia" ou "Multiner"). O presente Relatório da Administração cumpre a exigência da Lei 6.404/76 e é apresentado de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Demonstrações Financeiras Anuais individuais e consolidadas. O presente Relatório da Administração deve ser lido em conjunto com as Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas. As informações estão apresentadas em milhões de reais e em base consolidada, exceto quando indicado de outra forma. Efeitos de arredondamentos podem causar diferenças nas variações percentuais, quando comparadas às Demonstrações Financeiras, apresentadas em reais mil.

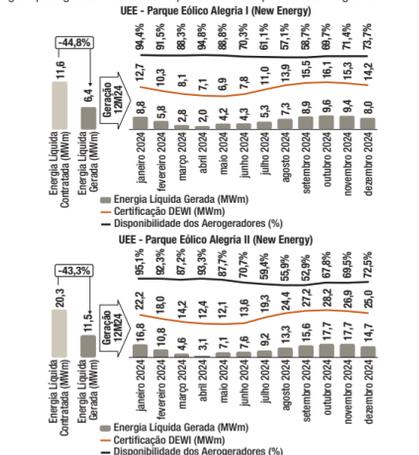
Destaques do Exercício

	Consolidado		
	31/12/2024	31/12/2023	Δ %
Receita Operacional Líquida	172,2	253,2	-32%
Resultado Bruto	(31,5)	65,0	-148%
Margem bruta	-18%	26%	-44 p.p.
EBITDA	64,5	195,4	-67%
Margem EBITDA	37%	77%	-40 p.p.
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	(44,0)	237,0	-119%

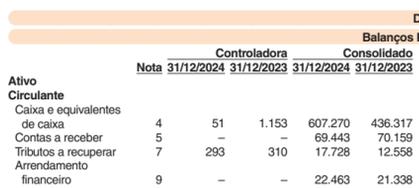
Desempenho Operacional - NEO: A controlada New Energy Options Geração de Energia S.A. ("NEO") possui dois parques eólicos Alegria I e II, com capacidade total instalada de 151,80 MW e está localizada na cidade de Guararã/RN. Os parques eólicos estão em operação comercial desde dezembro de 2010 (Alegria I) e dezembro de 2011 (Alegria II). O complexo Alegria está inserido no âmbito do Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica ("PROINFRA") e possui contratos de compra e venda de energia (*Power Purchase Agreements - PPAs*), com vigência até 2030 com a ENBPAA (Empresa Brasileira de Participações em Energia Nuclear e Binacional). No gráfico a seguir é apresentado o comparativo da geração líquida total em MWh médio para os exercícios de 2024 e 2023 do Complexo Eólico Alegria (Parques Eólicos Alegria I e II):



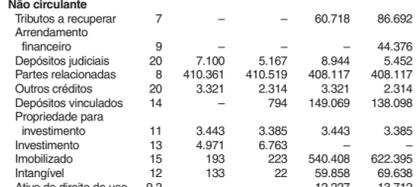
A redução na geração de energia em 2024 é atribuída principalmente às restrições de geração do ONS, à baixa média da velocidade de vento, e às falhas de pás e manutenções corretivas realizadas nas usinas. Em 2024, o Complexo Alegria alcançou uma geração líquida média de 17,9 MWh, uma redução de 28% em relação à geração líquida média de 25,0 MWh de 2023. No Parque Alegria I, a geração líquida média de 2024 atingiu 6,4 MWh, refletindo uma redução de 28% em relação a 2023 que registrou uma média de 8,8 MWh. Adicionalmente, o Parque Alegria II registrou em 2024 uma geração líquida média de 11,5 MWh, uma redução de 29% em comparação com 2023, quando gerou uma média de 16,2 MWh. Os gráficos a seguir, apresentam a energia líquida contratada versus a energia líquida gerada mês a mês no período dos Parques Eólicos Alegria I e II:



Desempenho Operacional - Raesa: A controlada indireta Raesa, atualmente, está equipada com cinco motores WÄRTSILÄ W18V50SG, equipamentos convertidos em 2021 para operar exclusivamente com Gás Natural e possui contrato de compra e venda de energia (*Power Purchase Agreements - PPAs*), com vigência até 2025. A conversão dos equipamentos de Raesa resultou em uma melhoria significativa na performance dos motores, os quais agora entregam uma potência instalada de 18,35 MW cada (anteriormente, a potência instalada era de 17,08 MW). Como resultado, a potência total instalada da usina aumentou de 85,38 MW para 91,75 MW. No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2024, a potência média do período foi de 66,7 MW médio, o que reflete uma entrega média de energia de 102,7%. A obrigação contratual estabelecida com a Centrais Elétricas do Norte S/A - Eletronorte é de 65 MW médio. O excelente desempenho operacional da usina ao longo desse período permitiu que o índice de cumprimento do contrato superasse os 100%, mantendo-se dentro dos limites contratuais estabelecidos em 100%. Isso ressalta a eficácia da decisão de converter os motores para consumo 100,0% a Gás Natural, especialmente em relação ao contínuo desempenho dos equipamentos. No gráfico a seguir é apresentado o comparativo da geração líquida total em MWh médio para os exercícios de 2024 e 2023 de Raesa:



O gráfico a seguir, apresenta a energia líquida contratada versus a energia líquida gerada mês a mês no período de Raesa:



Saúde, Segurança e Meio Ambiente: No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2024, a gestão de Saúde, Segurança e Meio Ambiente ("SSMA") da Multiner seguiu engajada no aprimoramento de seus processos, encerrando o exercício com a controlada indireta Raesa com 1.186 dias sem acidentes com afastamento, e a controlada NEO, no Parque Eólico Alegria I com 812 dias sem acidentes com afastamento e no Parque Eólico Alegria II com 831 dias sem acidentes com afastamento. A Companhia entende que todos os acidentes podem e devem ser evitados, e que a excelência na busca de ambientes mais seguros e colaboradores conscientes de suas responsabilidades sociais e ambientais, são metas permanentes da Administração. Nesse sentido a Companhia mantém um rigoroso programa de Gestão de Riscos com mapeamento detalhado de cada atividade executada nas usinas. **Compliance:** A Administração da Companhia conta com uma estrutura de Compliance, que entre outros objetivos, busca assegurar, em conjunto com as demais áreas, a adequação e o fortalecimento do sistema de controles internos, procurando mitigar riscos de acordo com a complexidade de seus negócios e, ainda, disseminar a cultura de controles para o cumprimento das leis, contribuindo, desta forma, para o crescimento da percepção externa de valor de sua Governança Corporativa. A Multiner é membro do IBGC - Instituto Brasileiro de Governança Corporativa e o programa de Compliance da Companhia está alocado nas melhores práticas de mercado observando os requisitos da ISO 19000 (Sistema de Gestão de Compliance), ISO 37001 (Sistema de Gestão Antissuborno) e Lei 12.946/2013 (Lei Anticorrupção). A estrutura do Programa de Compliance da Companhia é composta das seguintes linhas estratégicas: Avaliação de Riscos, Estruturação de Papéis e Responsabilidades, Código de Ética, Elaboração de Políticas e Procedimentos, Gestão de Controles Internos e Gestão de Canal de Denúncias, bem como realização de *due diligence* de fornecedores no momento de sua respectiva contratação, através de uma plataforma tecnológica.

Desempenho Econômico-Financeiro

	Consolidado			
	31/12/2024	31/12/2023	Δ RS	Δ %
Receita operacional bruta	209,4	288,0	(78,6)	-27%
Deduções da Receita	(37,2)	(34,8)	(2,4)	7%
Receita operacional líquida	172,2	253,2	(81,0)	-32%
(-) Custo operacionais	(203,7)	(188,2)	(15,5)	8%
Resultado Bruto	(31,5)	65,0	(96,5)	-148%
Margem bruta	-18%	26%	-44 p.p.	
Despesas gerais e administrativas	4,9	10,2	(5,3)	-52%
Outras (despesas) receitas	(1,0)	50,1	(51,1)	-102%
Resultado operacional antes dos efeitos financeiros	(27,6)	125,3	(152,9)	-122%
Receitas financeiras	169,7	229,3	(59,6)	-26%
Despesas financeiras	(188,7)	(112,7)	(76,0)	67%
Resultado financeiro líquido	(19,0)	116,6	(135,6)	-119%
Resultado antes do IR e CS	(46,6)	241,9	(288,5)	-116%
IR/PJ/CSLL corrente	(4,1)	(30,5)	26,4	-87%
IR/PJ/CSLL diferido	3,7	3,7	-	0%
Incentivos fiscais	3,0	21,9	(18,9)	-86%
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	(44,0)	237,0	(281,0)	-119%

* Em base consolidada e em milhões de reais

Receita Operacional Bruta: A Companhia encerrou o exercício de 2024 com uma receita operacional bruta de R\$ 209,4 milhões frente a R\$ 288,0 milhões em 2023, uma redução de R\$ 78,6 milhões ou -27%, impactado, principalmente, pela entrega de energia inferior da controlada Neo no exercício.

	31/12/2024	31/12/2023	Δ RS	Δ %
Venda de energia contratada*	157,6	235,6	(78,0)	-33%
Receita com operação e manutenção - O&M	51,2	52,0	(0,8)	-1%
Venda de lastro de energia	0,2	-	0,2	0%
Outras receitas operacionais	0,4	0,4	(0,0)	-9%
Receita operacional bruta	209,4	288,0	(78,6)	-27%

*A receita de suprimento de venda de energia da controlada indireta Raesa está contabilizada no Resultado Financeiro, que é definida como receita de arrendamento financeiro.

Receita Operacional Líquida: Em relação à receita operacional líquida, a Companhia encerrou 2024 em R\$ 172,2 milhões frente a R\$ 253,2 milhões em 2023, uma redução de R\$ 81,0 milhões ou -32% também impactado substancialmente pela entrega inferior de energia da controlada Neo.

	31/12/2024	31/12/2023	Δ RS	Δ %
Receita operacional bruta	209,4	288,0	(78,6)	-27%
PIS e Cofins sobre faturamento	(22,6)	(20,5)	(2,1)	10%
ICMS s/faturamento	(12,8)	(12,4)	(0,4)	3%
P&D s/faturamento	(1,8)	(1,9)	0,1	-5%
Receita operacional líquida	172,2	253,2	(81,0)	-32%

Custos Operacionais: A Companhia encerrou 2024 com os custos operacionais em R\$ (203,7) milhões frente a R\$ (188,2) milhões em 2023, um aumento de R\$ 15,5 milhões ou +8% entre períodos em razão de: (i) variação de R\$ 19,5 milhões na rubrica de depreciação e amortização; (ii) redução dos custos de operação e manutenção de R\$ 2,2 milhões, em razão do trabalho do reparo das pás eólicas da controlada Neo ocorrido em 2023; (iii) redução de R\$ 3,8 milhões de salários e encargos devido a terceirização da equipe de operação e manutenção da controlada indireta Raesa e remuneração variável ocorrida em 2023; e (iv) redução de R\$ 4 milhões em aluguel de máquinas e equipamentos decorrente da conclusão do cronograma de reparo das pás eólicas em 2023.

	31/12/2024	31/12/2023	Δ RS	Δ %
Depreciação e Amortização (i)	(86,9)	(67,4)	(19,5)	29%
Operação e Manutenção (ii)	(7,0)	(72,3)	2,2	-3%
Encargos de uso e conexão do sistema de transmissão	(19,3)	(17,6)	(1,7)	10%
Salários e encargos (iii)	(8,1)	(11,9)	3,8	-32%
Seguros	(6,3)	(5,7)	(0,6)	11%
Aluguel de máquinas e equipamentos (iv)	(3,4)	(7,4)	4,0	-54%
Outros custos	(9,6)	(5,9)	(3,7)	63%
Total custos operacionais	(203,7)	(188,2)	(15,5)	8%

Despesas Gerais e Administrativas: Em 2024, as despesas gerais e administrativas totalizaram R\$ 4,9 milhões credor frente a R\$ 10,2 milhões credor em 2023, uma redução de R\$ 5,3 milhões ou -52% impactado principalmente por: (i) variação de R\$ 9,3 milhões da rubrica de serviços de terceiros, referente a reversão de provisão de serviços jurídicos do exercício de 2023 e serviços de assessoria financeira adicionais; (ii) variação de R\$ (15) milhões referente a provisão para perdas de créditos oriundos do ressarcimento da conta de consumo de combustível da controlada indireta RAESA no exercício de 2023 e (iii) reversão de provisão de passivos contingentes, que tiveram alterações de prognósticos no exercício de 2024 da controlada NEO.

	31/12/2024	31/12/2023	Δ RS	Δ %
Serviços de terceiros (i)	(8,7)	0,6	(9,3)	-1550%
Depreciação	(0,7)	(0,8)	0,1	-13%
Pessoal e administradores	(4,2)	(3,8)	(0,4)	11%
Provisão para perdas de créditos esperadas (ii)	-	15,0	(15,0)	-100%
Outras despesas	(2,4)	(3,0)	0,6	-20%
Total despesas gerais e administrativas	4,9	10,2	(5,3)	-52%

Outras Receitas e Despesas Operacionais: A rubrica de outras receitas apresentou uma redução expressiva nos períodos, ocorrido em razão do benefício apurado relacionado a Conta de Consumo Combustível da controlada indireta Raesa que gera benefício de reembolsos de consumo de óleo combustível relativo à conversão dos motores. O referido benefício foi finalizado no exercício de 2023.

	31/12/2024	31/12/2023	Δ RS	Δ %
Perdas de estoque	(2,8)	9,2	(12,0)	-130%
Baixa de imobilizado	-	(4,6)	4,6	-100%
Sub rogação - CCC	-	45,6	(45,6)	-100%
Outras receitas (despesas)	1,8	(0,1)	1,9	-1900%
Total outras receitas e despesas operacionais	(1,0)	50,1	(51,1)	-102%

EBITDA: Em 2024, a Companhia atingiu EBITDA de R\$ 64,5 milhões frente a R\$ 195,4 milhões em 2023, uma redução de R\$ 130,9 milhões ou -67%.

EBITDA	31/12/2024	31/12/2023	Δ RS	Δ %
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	(44,0)	237,0	(281,0)	-119%
(+/-) Receitas/despesas financeiras líquidas	19,0	(116,6)	135,6	-116%
(+/-) Tributos sobre o lucro (IRPJ/CSLL)	(2,6)	4,9	(7,5)	-153%
(+) Depreciação, amortização e exaustão	92,1	70,1	22,0	31%
EBITDA	64,5	195,4	(130,9)	-67%
Margem EBITDA	37%	77%	-40 p.p.	

Endividamento: O endividamento da Companhia é composto por debêntures públicas, Cédula de Crédito Bancário (CCB) junto a Fundos de Pensão e financiamento junto ao Banco BNB. A Companhia encerrou o exercício de 2024 com um endividamento bruto, no valor de R\$ 1.467,8 milhões, montante 7% maior ao saldo registrado em 31 de dezembro de 2023 de R\$ 1.371,0 milhões. Já em termos de caixa e disponibilidades, a Companhia encerrou o exercício de 2024 com um saldo de R\$ 607,3 milhões versus R\$ 436,3 milhões em 31 de dezembro de 2023, um aumento de R\$ 171,0 milhões. Com isso, a dívida líquida da Companhia encerrou o ano de 2024 com um saldo de R\$ 860,5 milhões, uma variação de R\$ 74,2 milhões em relação ao saldo registrado em 31 de dezembro de 2023 de R\$ 934,7 milhões.

	31/12/2024	31/12/2023	Δ RS	Δ %
(+) Total de disponibilidades	607,3	436,3	171,0	39%
Caixa	1,4	32,9	(31,4)	-96%
Aplicações Financeiras	605,8	403,4	202,4	50%
(-) Total de empréstimos e financiamentos	1.467,8	1.371,0	96,8	7%
(=) Disponibilidades (dívidas) líquida	(860,5)	(934,7)	74,2	-8%

Debêntures: No exercício de 2024, o saldo devedor das debêntures da Multiner é de R\$ 23,1 milhões (R\$ 19,9 milhões em 31 de dezembro de 2023), sendo 100% contabilizado no passivo circulante em razão do vencimento das debêntures ocorrido em 1º de julho de 2016. **Resultado Financeiro:** O resultado financeiro de 2024 atingiu o saldo líquido negativo de R\$ 19 milhões, estando R\$ 135,6 milhões ou 116% abaixo do saldo positivo apurado em 2023 de R\$ 116,6 milhões. A principal variação apurada entre exercícios nas receitas financeiras foi devido a: (i) variação de R\$ (24) milhões na rubrica de receita e juros de arrendamento financeiro entre exercícios referente aos recebimentos e juros do contrato de arrendamento da controlada indireta RAESA e (ii) receita de reprocessamento da CCEE de R\$ (34,1) milhões em 2023, em decorrência da atualização financeira do reprocessamento dos créditos da Conta de Consumo de Combustíveis-CCC. Já em relação a despesa financeira, a principal variação apurada entre exercícios foi de R\$ (67,7) milhões referente a juros e variação monetária sobre empréstimos e debêntures em razão do indexador IGP-M que em 2024 atingiu uma alta de 6,54% a.a. e em 2023 atingiu uma queda de -3,18% a.a.

	31/12/2024	31/12/2023	Δ RS	Δ %
Receita sobre aplicação financeira	54,7	53,5	1,2	2,2%
Receita e juros de arrendamento financeiro (i)	104,2	128,2	(24,0)	-18,7%
Receita de reprocessamento CCEE (ii)	-	34,1	(34,1)	-100,0%
Bônus de produtividade	8,0	8,9	(0,9)	-10,1%
Outras receitas financeiras	2,8	4,6	(1,8)	-39,1%
Total receitas financeiras	169,7	229,3	(59,6)	-26%
Juros e variação monetária sobre empréstimos e debêntures	(147,8)	(80,1)	(67,7)	84,5%
Acrescimos contratuais	(18,8)	(15,9)	(2,9)	18,2%
Atualização de arrendamentos	(3,0)	(3,5)	0,5	-14,3%
Provisão para desmobilização	(3,7)	(3,4)	(0,3)	8,8%
Outras despesas financeiras	(15,4)	(9,8)	(5,6)	57,1%
Total despesas financeiras	(188,7)	(112,7)	(76,0)	67%
Total resultado financeiro	(19,0)	116,6	(135,6)	-116%

Eventos Subsequentes: Em 28 fevereiro de 2025, as Partes (Bognesi e FIP Multiner) celebraram o 2º aditivo do Instrumento Particular de Transação, Outorga e outras avenças relativo ao Processo de arbitragem da Reorganização Financeira, a qual estende o prazo da data limite do Termo de Compromisso previsto até 31 de março de 2025. **Declaração dos Diretores:** Os Diretores da Multiner S.A., declaram que reiram, discutiram e concordaram com as Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e com as opiniões expressas no parecer de auditoria da Grant Thornton Auditores Independentes LTDA. **Aviso Legal:** Esse relatório foi preparado tendo como objetivo indicar e explicar a situação atual e o andamento dos negócios da Companhia. Este documento é de propriedade da Multiner S.A., e não poderá ser utilizado, para qualquer outro fim, sem a prévia autorização. As informações contidas neste documento, refletem as atuais condições e os entendimentos da Administração até a presente data, estando sujeitas a alterações. Todas as informações relevantes, ocorridas no período e utilizadas pela Administração na gestão da Companhia, estão notabilizadas neste documento e nas Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2024. A Companhia encontra-se à disposição para eventuais dúvidas através do e-mail: ri@multiner.com.br ou através do telefone +55 11 4380-9250.

Demonstrações Financeiras - Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

	Balancos Patrimoniais			
	Nota	31/12/2024	31/12/2023	Consolidado 31/12/2023
Ativo				
Circulante				
Caixa e equivalentes	4	51	1.153	607.270
de caixa				436.317
Contas a receber	5	-	-	69.443
Tributos a recuperar	7	293	310	17.728
Arrendamento financeiro	9	-	-	22.463
Estoque	10	-	-	22.186
Despesas antecipadas	20	58	187	2.522
Adiantamento a fornecedores	6	9	97	3.541
Outros créditos ativo	20	216	225	230
Total ativo circulante	627	1.972	745.383	576.195
Não circulante				
Tributos a recuperar	7	-	-	60.718
Arrendamento financeiro	9	-	-	44.376
Depósitos judiciais	20	7.100	5.167	8.944
Partes relacionadas	8	410.361	410.519	408.117
Outros créditos	20	3.321	2.314	2.314
Depósitos vinculados	14	-	794	149.069
Propriedade para investimento	11	3.443	3.385	3.443
Investimento	13	4.971	6.763	-
Imobilizado	15	193	223	540.408
Intangível	12	133	22	59.858
Ativo de direito de uso	9,2	-	-	12.227
Total ativo não circulante	429.522	429.187	1.246.105	1.394.173

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido

Multiner S.A. - Companhia Aberta - CNPJ nº 08.935.054/0001-50

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas - Referentes aos Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

→ **continuação**

1. Contexto operacional: A Multiner S.A. ("Multiner" ou "Companhia") é uma *holding*, constituída na forma de sociedade anônima de capital aberto, categoria B, sediada na cidade de São Paulo, na Rua Leopoldo Couto de Magalhães Jr., nº 758, 15º andar, Bairro Itaim Bibi, e tem por objetivo a participação em outras sociedades como acionista ou sócia atuante no segmento de energia elétrica. A estrutura acionária da Companhia, de forma consolidada, é formada por: (I) 72,22% de ações em circulação pela Multiner Fundo de Investimento em Participações Multissetoriais (FIP Multiner), (ii) 27,78% de ações detidas em conjunto pela Brasilerm Energia S.A. e Bolognesi Energia S.A. ("Grupo Bolognesi"). Estas são dívidas em ações ordinárias e preferenciais da seguinte forma: (i) Ações Ordinárias: 51,91% detido pelo Grupo Bolognesi, 48,09% detido pelo FIP Multiner; e (ii) Ações Preferenciais: 99,99% detidas pelo FIP Multiner e 0,01% detidas pela Bolognesi Energia S.A. Atualmente, a Companhia participa em (I) usinas de geração de energia termoeleétrica a gás natural ("UTE") e (ii) usina de geração de energia elétrica de fonte eólica, cuja regulamentação está subordinada à Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), vinculada ao Ministério de Minas e Energia (MME). Os investimentos da Companhia possuem 243,55 MWm* de capacidade instalada em 31 de dezembro de 2024. * Informação não financeira não auditada.

Fonte Situação	Autorização ANEEL	Prazo do PPA		Início da Operação Comercial	
		Início	Término		
Rio Amazonas Energia S.A. ("RAESA") - UTE Cristiano Rocha (i)	GNL Em operação	Resolução nº 733	20/05/2005	20/05/2025(ii)	16/11/2006
New Energy Options Geração de Energia S.A. ("NEO") - Parque Alegria I	Eólica Em operação	Resolução nº 663	07/03/2005	25/12/2030	30/12/2010
New Energy Options Geração de Energia S.A. ("NEO") - Parque Alegria II	Eólica Em operação	Resolução nº 662	11/08/2004	30/08/2030	30/12/2011

1.1 Continuidade operacional: Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia apresentou resultado líquido negativo individual de R\$ 199.028 (R\$ 155.104 em 31 de dezembro de 2023) e consolidado de R\$ 211.024 (R\$ 168.967 em 31 de dezembro de 2023), decorrente, principalmente, dos prejuízos acumulados de R\$ 1.510.902 (R\$ 1.466.978 em 31 de dezembro de 2023), e capital circulante líquido negativo individual de R\$ 23.212 (R\$ 19.092 em 31 de dezembro de 2023) e consolidado de R\$ 461.169 (R\$ 477.427 em 31 de dezembro de 2023), em virtude, dentre outros motivos, da reclassificação de parcela do endividamento da Companhia e da controlada indireta RAESA para o passivo circulante, em razão de pendências relacionadas às dívidas, mas que não refletem em compromisso de caixa de curto prazo da Companhia e de suas controladas, devendo a Companhia já estar em tratativas para regularização. O endividamento da Companhia é predominantemente contratado com partes relacionadas, as quais negociam, por meio do Primeiro Aditivo ao Contrato de Reorganização, conforme descrito na Nota Explicativa nº 1.2, a converter parcela significativa do endividamento das subsidiárias da Companhia em capital da Mesa Participações S.A. ou da própria Companhia, e alongar as amortizações para o longo prazo. A Administração da Companhia está atuando junto aos seus credores para realizar o reperfilamento das dívidas, no intuito de equacionar a estrutura do endividamento da Companhia e suas controladas, mas cuja definição depende de negociações com os credores. Essa situação indica a existência de incerteza que pode levar a dívida significativa quanto à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Considerando que a expectativa da Administração é de que a reorganização financeira ocorrerá nos termos inicialmente pactuados conforme descrito na Nota Explicativa nº 1.2, a Companhia entende que manterá a continuidade das suas operações, uma vez que as subsidiárias operacionais possuem contratos firmados de compra e venda de energia elétrica de longo prazo, sendo assim, estas informações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no pressuposto da continuidade operacional. **1.2 Processo de arbitragem - Reorganização Financeira:** Em 28 de março de 2012, o Grupo Bolognesi firmou o contrato de compra e venda de ações da Multiner, passando a deter a maioria das ações ordinárias, e na mesma data celebrou com o FIP Multiner e seus cotistas o Contrato de Reorganização e de Financiamento da Multiner S.A. (o "Contrato de Reorganização"). Em dezembro de 2017, foi instaurada arbitragem que visa equacionar as controvérsias societárias em virtude das obrigações previstas no Contrato de Reorganização entre os acionistas da Multiner S.A. (Brasilerm Energia e Bolognesi Energia - os "Requerentes", como os "Requerentes", como o "Requerente"), e o grupo Bolognesi, incluindo, mas não se limitando, ao pedido de inexigibilidade de certas dívidas assumidas pelos Requerentes. Em abril de 2022, houve sentença final definitiva, bem como a determinação de execução específica do Contrato de Reorganização, com obrigação de aporte por parte dos Requerentes, na forma prevista no Contrato de Reorganização. A sentença arbitral definitiva, que está sob sigilo, determina de maneira geral o cumprimento do Contrato de Reorganização, incluindo, mas não se limitando a, (i) a inexigibilidade de determinados créditos conversíveis (Cartões Crédito, Bancários) e dívidas (múltiplas) entre a Companhia e algumas partes relacionadas, desde que haja uma nova pensão a ser paga, seja por meio de conversão em capital ou outra forma ajustada entre as Partes, bem como (ii) a obrigação de aportes na Companhia pelo acionista Bolognesi e Brasilerm Energia, dentre outros. Em agosto de 2022, as partes firmaram o "Termo de Compromisso para Suspensão Temporária de Demandas" (o "Termo de Compromisso") no qual as partes assumiram o compromisso recíproco de (i) não praticar, durante a vigência do referido instrumento, quaisquer atos, medidas judiciais, extrajudiciais ou arbitrais que visem a discutir ou exigir o cumprimento da Sentença Arbitral, e (ii) não praticar, durante o prazo de validade do referido instrumento, abrangendo as demandas e/ou disputas entre as partes. Diante da decisão arbitral proferida e do Termo de Compromisso, a Companhia reclassificou para exigível a longo prazo o montante de R\$ 302.132, conforme Notas Explicativas nºs 1.4 e 8.1 (b), as obrigações contratuais financeiras relativas às debêntures e CCBs. Em Assembleia Geral de Cotistas, Multiner Fundo de Investimento em Participações (FIP) iniciada em 07 de agosto de 2023 e encerrada em 19 de janeiro de 2024, aprovaram a celebração pelo FIP do Instrumento Particular de Transação, Quitação e outras avenças com o Grupo Bolognesi, para fins de implementar o encerramento das obrigações contratuais e de quitar as dívidas em sua natureza estabelecidas entre o Grupo Bolognesi, de um lado, e o FIP de outro, no âmbito do grupo Multiner e MESA. Em 11 de abril de 2024, as Partes (Bolognesi e FIP Multiner), celebraram o Instrumento Particular de Transação, Quitação e outras avenças, para fins de buscar a construção de uma solução extrajudicial que implementará o objetivo atual do FIP de desinvestimento estruturado na Multiner, com a consequente suspensão de toda e qualquer demanda judicial, arbitral ou extrajudicial entre as partes pelo prazo de 180 dias, prorrogáveis por mais 90 dias, sendo certo que o FIP realizou a contratação pelo Fundo de Investimentos Jurídicos e técnicos e financeiros para esta transação. O Instrumento Particular de Transação, Quitação e outras avenças contém diligências em andamento pelas partes da assinatura até o fechamento. Em 08 de janeiro de 2025, as Partes (Bolognesi e FIP Multiner), celebraram o 1º aditivo do Instrumento Particular de Transação, Quitação e outras avenças, que estende o prazo da data limite do Termo de Compromisso previsto até 1º de março de 2025. Em 28 fevereiro de 2025, as Partes (Bolognesi e FIP Multiner) celebraram o 2º aditivo do Instrumento Particular de Transação, Quitação e outras avenças, que estende o prazo da data limite do Termo de Compromisso previsto até 31 de março de 2025. **1.3 Programa de Compliance da Companhia:** A Administração da Companhia, em consonância com a Lei nº 12.846/13, estruturou o seu Programa de Integridade, que estabeleceu um conjunto de ações preventivas, de monitoramento e controle, visando aprimorar o conjunto de boas práticas adotadas para o fortalecimento da governança corporativa, assim como a devida adequação dos processos internos, para melhoria da eficiência na prevenção de fraudes. Com esse objetivo, no final de 2016, foi criada a área de Compliance, que a partir do *report* diário até a data da publicação, é responsável pela supervisão das atividades de controle, a avaliação da eficácia destes, a aplicação de testes sobre os pontos de controle e, ainda, a condução do processo de auditoria interna, além do acompanhamento do processo de remediação dos problemas identificados. Por outro lado, a Companhia vem sempre atualizando suas políticas, estabelecendo rotinas de controle de processos e normas gerais de funcionamento de diversas atividades, de forma a definir seus objetivos de controle, avaliando a efetividade da estrutura de controle criada e a operacionalidade desta. Atenta às necessidades de melhoria nos processos, vem fortalecendo a supervisão do Relacionamento com Fomecedores, adotando prévia análise destes. Adicionalmente, vem incluindo mecanismos que possibilitem detectar eventuais falhas nos processos e estabelecendo plano de ações para sua melhoria contínua. Destaca-se, no plano geral, dentro do Programa de Integridade, a implantação do Código de Conduta Ética e Profissional, que têm por objetivo prevenir, detectar e evitar irregularidades praticadas contra a Companhia ou contra terceiros, assegurando que as relações com os stakeholders, colaboradores, clientes e fornecedores sejam conduzidos com ética e transparência. A Companhia também conta, com o Canal da Ética. Trata-se de um serviço de comunicação indicado pelo qual é possível reportar irregularidades relacionadas sobre ações e condutas que não estão em conformidade com o Código de Conduta Ética e Profissional da Companhia. As informações relatadas são recebidas por uma empresa independente, o que garante o sigilo e tratamento adequado dos relatos e, depois, encaminhados à área de Compliance para o processo de investigação, conforme delegação do Conselho. Em complemento à estrutura do Canal da Ética, a Companhia possui um Comitê de Ética, formado por representantes de diferentes áreas, o qual tem como responsabilidades a análise dos resultados das investigações, a aplicação de medidas corretivas, no caso de ocorrer, assim como a elaboração do Relatório de Gestão Ética e Integridade Profissional. O acesso ao Canal da Ética pode ser realizado via site: www.aloetica.com.br/bolognesienergia ou, ainda o e-mail: bolognesienergia@aloetica.com.br, disponíveis 24 horas por dia, 7 dias da semana. Como alternativa, a Companhia oferece acesso ao Canal da Ética, pelo telefone 0800 900 1388, com atendimento pelo operador, nos dias úteis, das 9hs às 17hs, fora desse horário, o manifestante poderá fazer seu relato por meio de mensagem gravada. **1.4 Obrigações contratuais financeiras e não financeiras:** De acordo com o Termo de Compromisso, os saldos das obrigações contratuais financeiras e não financeiras, relativas às dívidas conversíveis em parte dos empréstimos e financiamentos da Companhia e suas controladas indireta RAESA, foram reclassificados para o passivo não circulante, até a decisão final das negociações. Nos termos do primeiro aditivo ao Contrato de Reorganização, os credores Fundiúgia (debêntures Multiner), Postalis e Spesi (NEO e RAESA) estão obrigados a votar favoravelmente à rolagem da dívida por períodos sucessivos adicionais até a eletiva capitalização indireta em créditos na Companhia e/ou na Mesa Participações S.A., controlada indireta da Bolognesi Energia S.A. controladora direta da Companhia. Tais credores também possuem obrigação conversível de dívida em capital na Companhia na Mesa Participações S.A., mas ainda sujeito as negociações que estão em andamento.

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras: As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards*) (IFRS), emitidas pelo Conselho Internacional Accounting Standards Board (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como "normas contábeis IFRS" (IFRS) (*IFRS Accounting Standards*), incluindo as interpretações emitidas pelo IFRS Interpretations Committee (IFRIC Interpretations) ou pelo seu órgão antecessor, Standing Interpretations Committee (SIC) (Interpretations) e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão. A emissão das demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram autorizadas pelo Conselho de Administração em 25 de março de 2025, acrescidas pelo Conselho Fiscal em 27 de março de 2025. **a) Moeda funcional e moeda de apresentação:** Todos os valores apresentados nestas demonstrações financeiras estão expressos em milhares de reais. As informações foram preparadas e estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia e de suas controladas. A moeda funcional foi determinada em função do ambiente econômico primário de suas operações. **b) Transações e saldos:** As transações em moeda estrangeira, isto é, todas aquelas que não foram realizadas na moeda funcional da Companhia, foram convertidas para a moeda funcional pela taxa de câmbio da data em que as transações foram realizadas. Os saldos de ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são reavaliados para a moeda funcional da Companhia pela taxa de câmbio na data-base dos balanços. **c) Informação por segmento:** A Companhia participa em sociedades cujo objeto inclua em (I) usinas de geração de energia termoeleétrica a gás natural ("UTE") através da Rua Central Termelétrica Cristiano Rocha ("UTE Cristiano Rocha"), localizada na Rua Maria Júlia Pimentel, nº 1.350, zona rural de Manaus - AM, Brasil, constituída de cinco unidades molo geradoras bi-combustíveis a gás e capacidade instalada de 91,75 MW e (ii) usina de geração de energia elétrica de fonte eólica, a partir do parque eólico localizado em Guamaçari/RN das Usinas de Energia Elétrica "UEE Alegria I" e "UEE Alegria II", que compõe, em conjunto, a New Energy Options Geração de Energia S.A. ("NEO"), com capacidade instalada total de 151,80 MW, sendo a UEE Alegria I, com capacidade de 151,15 MW e 31 unidades aerogeradoras em operação desde 2010 e a UEE Alegria II, com capacidade instalada de 100,65 MW e 61 unidades aerogeradoras em operação desde 2011; A Administração da Companhia é responsável por revisar regularmente as informações financeiras, de forma a alinhar os recursos e a análise da empresa, não se utiliza de informações por segmento para suas análises. * Informação não financeira não auditada.

Aquisição da parte acionária da eólica na New Energy Options Geração de

mados no cálculo do investimento bruto do arrendador (Nota Explicativa nº 9).
m) Empréstimos e financiamentos: Os financiamentos e empréstimos são reclassificados, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração de resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto utilizando o método da taxa efetiva de juros. Se o prazo de pagamento é equivalente a um ano ou menos os empréstimos são classificados como passivo circulante, caso contrário são classificados no passivo não circulante e menos que a Companhia tenha a obrigação de liquidação antecipadamente. **n) Impostos sobre as vendas:** As receitas de vendas da Companhia estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas: Programa de Integração Social (PIS); 1,65% (regime não cumulativo), sobre venda de energia elétrica e prestação de serviços; + Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS); 7,60% (regime não cumulativo) sobre a venda de energia elétrica e prestação de serviços; + Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviço; o ICMS é aplicado de acordo com os clientes a serem faturados; diferimento no caso de geração ou distribuição e faturamento com a alíquota interna para os demais clientes. Esses tributos são deduzidos das receitas de vendas, as quais estão sujeitas na demonstração de resultado pelo seu valor líquido. Os créditos de PIS e COFINS não cumulativos, sobre custos e despesas operacionais, são apresentados como reduções destes grupos de custos nas demonstrações financeiras. **o) PIS e COFINS sobre receitas financeiras:** As Leis 10.637/2002 e 10.833/2003, as quais versam sobre o regime não cumulativo do PIS e da COFINS, definem que a base de cálculo será a receita bruta, incluindo-se a totalidade das receitas auferidas pela pessoa jurídica. Desta forma, as receitas financeiras da Companhia são tributadas pelo PIS e a COFINS, neste regime. Alíquotas a partir de 01/07/2015, do PIS e COFINS sobre receitas financeiras, auferidas pelas pessoas jurídicas sujeitas ao regime de apuração não-cumulativa das referidas contribuições, são de 0,65% e 4%, respectivamente. **p) Imposto de renda e contribuição social:** O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$240 anuais para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro tributável. A despesa com imposto de renda e contribuição social compõe o imposto de renda corrente. O imposto de renda é reconhecido no resultado a menos que esteja relacionado à combinação de negócios, ou itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes. O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, às taxas de impostos decretadas ou substancialmente decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. A Companhia não constitui imposto diferido ativo sobre prejuízo fiscal ou base negativa de contribuição social devido a não possuir provisão de expectativa de sua realização. Essa avaliação tem por base a análise de rendimentos futuros. Nos informações podem ser disponibilizados o que levaria a Companhia a mudar o seu julgamento quanto à sua adequação. **q) Reconhecimento de receita:** A receita de venda inclui somente os ingressos de benefícios econômicos recebidos e a receber pela entidade. As quantias cobradas por conta de terceiros, tais como tributos sobre vendas não são benefícios econômicos, portanto, não estão apresentadas nas demonstrações de resultado. Uma receita não é reconhecida se houver uma incerteza significativa sobre a sua realização. **Recolha de rendimento financeiro:** O reconhecimento do rendimento mercantil da Companhia se enquadra nos aspectos exigidos pela norma contábil para um arrendamento financeiro, remunerado pela taxa de retorno de 5,73% a.a. em 31 de dezembro de 2024 a alteração da taxa é decorrente da redução da alíquota de ICMS sobre a venda de energia a partir do mês de julho, e 5,73% a.a. em 31 de dezembro de 2023, de acordo com a projeção do valor presente dos recebimentos futuros, líquidos dos impostos sobre faturamento, descontados dos custos de produção e da taxa de usinas. **r) Classificação dos ativos e passivos no balanço:** A classificação dos ativos e passivos é baseada na natureza econômica dos ativos e passivos, não no grupo de Receitas Financeiras (conforme Nota Explicativa nº 26). **Receta de operação e manutenção - O&M:** Refere-se aos serviços de operação e manutenção das instalações de transmissão de energia elétrica estabelecidos no contrato de suprimento de energia que visa a não interrupção da disponibilidade das instalações, reconhecida conforme a contratação dos serviços (conforme Nota Explicativa nº 23). **r) Provisões:** Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada), em função da qual o grupo é obrigado a transferir recursos para a realização de uma obrigação para liquidar a obrigação. Quando a Companhia espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, por exemplo, por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo a despeito relativo a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso. Se o efeito do valor temporal do dinheiro for significativo, as provisões são descontadas utilizando uma taxa corrente antes dos impostos que refletem, quando aplicável, o risco específico da obrigação. Uma provisão é reconhecida como custo de financiamento. **Passivos contingentes e outros:** A Companhia é parte em diversos processos judiciais e administrativos, conforme Nota Explicativa nº 22. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais e outros para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões administrativas, os pareceres dos especialistas, o ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas, anualmente, para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. **s) Outros ativos e passivos circulantes e não circulantes:** Outros ativos são demonstrados pelos valores de aquisição ou de realização, quando este último for menor, e outros passivos estão demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e despesas não reconhecidas em períodos anteriores. **t) Classificação dos ativos e passivos no balanço:** Um ativo ou passivo deverá ser registrado como circulante se é esperado que a liquidação ocorra dentro do período de 12 meses subsequentes à data-base das demonstrações financeiras, caso contrário será registrado como não circulante. **3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis materiais:** A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as normas brasileiras e internacionais de contabilidade exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Estas estimativas e premissas são revisadas de uma maneira contínua. Previsões contêm relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados. No futuro, a experiência real pode diferir dessas estimativas e premissas. As estimativas e premissas que possam provocar um ajuste importante nos valores contábeis de ativos e passivos dentro do próximo exercício financeiro estão divulgadas a seguir. **a) Vida útil e valor recuperável dos ativos não financeiros (Nota Explicativa nº 15):** O imóvel é depreciado durante sua vida útil econômica, levando em consideração a taxa de depreciação estabelecida pela Anel e limitada ao período do PPA, período em que a Companhia espera utilizar os ativos, de acordo com as melhores estimativas da Administração. A cada data de reporte, a Administração analisa e avalia indicadores de "impairment" dos ativos, com base no seu julgamento, experiência e dados de mercado. **b) Reconhecimento de provisão para passivos contingentes (Nota Explicativa nº 22):** A Companhia utiliza a opinião dos assessores jurídicos para constituir provisão sobre passivos contingentes. Os processos são avaliados mensalmente e as provisões são reconhecidas quando há provisão de despesa de caixa futuro, sendo realizada análise individual dos processos. **3.2 Entidades do Grupo: Controladas diretas:** As informações trimestrais consolidadas compreendem as informações da Companhia e de suas controladas (conjuntamente referidas como "Grupo"), a seguir relacionadas:

Controladora	Participação acionária	
	31/12/2024	31/12/2023
New Energy Options Geração de Energia S.A. ("NEO")	100,00%	100,00%
2007 Participações S.A.	96,04%	96,04%
Termelétrica Itapetuba S.A.	100,00%	100,00%
Termelétrica Monte Pascoal S.A.	100,00%	100,00%
Termelétrica Pernambuco IV S.A.	100,00%	100,00%
Termelétrica Terpopover V S.A.	100,00%	100,00%
Termelétrica Terpopover VI S.A.	100,00%	100,00%

Controladas diretas	Participação acionária	
	31/12/2024	31/12/2023
New Energy Options Geração de Energia S.A. ("NEO")	100,00%	100,00%
2007 Participações S.A.	96,04%	96,04%
Termelétrica Itapetuba S.A.	100,00%	100,00%
Termelétrica Monte Pascoal S.A.	100,00%	100,00%
Termelétrica Pernambuco IV S.A.	100,00%	100,00%
Termelétrica Terpopover V S.A.	100,00%	100,00%
Termelétrica Terpopover VI S.A.	100,00%	100,00%

Controladas indiretas	Participação acionária			
	31/12/2024	31/12/2023		
Bancos	47	112	1.445	32.891
Aplicação financeira (i)	5	1.041	605.925	303.425
Total	52	1.153	607.270	436.317

Controladora	Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023
Empresas Distribuidora de Energia S.A. (i)	41.862	41.423
Amazonas Energia de Part. em Energia Nuclear e BEM S.A. (ii)	26.131	26.131
Outras contas a receber	4.753	5.908
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa (iii)	(3.303)	(3.303)
Total	69.443	70.159

Controladora	Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023
Saldo inicial	3.303	17.025
Adições (iv)	-	(13.728)
Adições	3.303	3.303
(v) Refere-se ao reembolso da Conta de Consumo de Combustível - CCC, que após o processamento pela CCEE, foi solicitado a devolução de valores pela controlada indireta RAESA. No decorrer dos exercícios de 2023 e 2022 a controlada indireta RAESA obteve crédito parcial pelo ressarcimento do CCC pela CCEE, e de acordo com o fluxo de recebimento reverteu a totalidade da perda esperada de créditos de liquidação.		

Controladora	Consolidado			
	31/12/2024	31/12/2023		
Adiantamento a fornecedor nacional (i)	9	97	2.939	2.837
Adiantamento a fornecedor internacional (ii)	-	-	602	536
Total	9	97	3.541	3.373
Circulante	9	97	3.541	3.373
(i) Refere-se, substancialmente, a adiantamentos com o fornecedor "Grid Solutions", referente à aquisição de peças para manutenção preventiva na controlada UTE Cristiano Rocha. (ii) Refere-se a futuro fornecimento de peças, materiais e outros itens que serão aplicados em máquinas e equipamentos na controlada UTE Cristiano Rocha.				

Controladora	Consolidado			
	31/12/2024	31/12/2023		
IRPJ (i)	123	148	41.309	57.718
IRRF (i)	42	26	7.007	7.597
CSLL (i)	103	110	8.798	13.749
COFINS (ii)	104	110	17.375	16.525
ICMS (iii)	24	25	3.772	3.589
ICMS (iv)	183	70	-	-
INSS	1	1	1	2
Total	293	310	78.446	99.250
Circulante	293	310	17.728	12.558
Não circulante	-	-	60.718	86.692

Controladora	Consolidado			
	31/12/2024	31/12/2023		
Empréstimos mútuos a receber	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Empréstimos mútuos a pagar	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Empréstimos mútuos a receber	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Empréstimos mútuos a pagar	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Empréstimos mútuos a receber	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Empréstimos mútuos a pagar	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Empréstimos mútuos a receber	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Empréstimos mútuos a pagar	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Total	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Empréstimos mútuos a receber	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Empréstimos mútuos a pagar	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Empréstimos mútuos a receber	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Empréstimos mútuos a pagar	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Total	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023

8. Partes relacionadas: As transações realizadas entre partes relacionadas foram contratadas em condições comerciais negociadas e pactuadas entre as partes. **8.1 Mútuos com partes relacionadas: a) Saldos ativos:**

Controladora	Consolidado			
	31/12/2024	31/12/2023		
Empréstimos mútuos a receber	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Empréstimos mútuos a pagar	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Empréstimos mútuos a receber	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Empréstimos mútuos a pagar	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Empréstimos mútuos a receber	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Empréstimos mútuos a pagar	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Total	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023

(i) A composição dos valores registrados para a Bolognesi Energia S.A. são conforme segue:

Assunção de dívida Pernambuco III (a)	Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023
Juros e IOF (a)	144.676	144.676
Assunção de dívida antigos só		

Multiner S.A. - Companhia Aberta - CNPJ nº 08.935.054/0001-50

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas - Referentes aos Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

→ continuação

medidas que devem ser tomadas, para solucionar o Contrato de Reorganização e suas obrigações acessórias diretamente atreladas, bem como o reflexo temporário nas demonstrações financeiras. Não obstante essas informações, a Companhia mantém o recolhimento do imposto incidentes para todas as transações entre as partes relacionadas, conforme legislação vigente. Durante o exercício de 2024, a Companhia recebeu recursos da controlada NEO e da controlada Indireta RAESA referente ao contrato de rateio de despesas celebrado entre as partes. Os montantes recebidos contemplam a alocação de despesas de folha de pagamento e rateio de gastos administrativos (aluguéis, condomínio, serviços de terceiros, entre outros). O efeito das despesas reembolsadas no resultado da Companhia durante o período foi de R\$ 4.991 (R\$ 9.267 em 31 de dezembro de 2023).

b) Saldos passivos:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Fundação (i)	14.067	14.067	14.067	14.067
Postais (ii)	-	-	288.065	377.217
Rio Amazonas Energia S.A. (ii)	57.931	48.681	-	-
New Energy Options S.A. (ii)	15.093	9.668	-	-
Total	87.091	72.416	302.132	391.284

(i) Refere-se à obrigação de conversão da dívida em capital, conforme cláusula do Contrato de Reorganização. As obrigações previstas, e não adimplidas pelas partes, estão em negociação. A conversão da dívida em capital ocorreu em 2022 no procedimento arbitral. Em agosto de 2022, as partes firmaram o Termo de Compromisso para Suspensão Temporária de Demandas, conforme Nota Explicativa nº 1.2, e, dessa forma, a Companhia reclassificou os saldos para o não circulante, em decorrência da inexistência de determinados créditos conversíveis (Cédulas de Crédito Bancários) e dívidas (mútuos) entre a Companhia e algumas partes relacionadas, até que haja a respectiva compensação entre si, seja por meio de conversão em capital ou outra forma ajustada entre as partes. A partir de 20 de dezembro de 2017, o montante deixou de ser atualizado dentro das características de empréstimos e financiamentos acrescidos de juros equivalentes a 105% do CDI. Os valores envolvidos nesta discussão não são corrigidos dado que a materialização destas dívidas em valor superior ao registrado não é considerada provável na avaliação dos assessores, o montante de R\$89.152 da controlada indireta Raesa apresentado em 31 de dezembro de 2023 em partes relacionadas foi reclassificado para empréstimos e financiamentos (conforme Nota Explicativa nº 10). (ii) A composição dos valores apresentados refere-se a transações de mútuos realizados, conforme aprovado na previsão orçamentária. Tais transações possuem vigência máxima de dois anos e são remuneradas a 105% do CDI, conforme reconhecimento específico.

c) Reconhecimento de juros na demonstração do resultado:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Rio Amazonas Energia S.A.	5.845	5.045	-	-
New Energy Options S.A.	1.286	718	-	-
Total	7.131	5.763	-	-

8.2. Remuneração de pessoal-chave da Administração: O impacto no resultado da remuneração estabelecida aos Administradores da Companhia está apresentado na tabela a seguir:

	Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023
Administradores (pró-labore)	2.104	2.324
Conselho de Administração e Fiscal	1.329	1.274
Total	3.433	3.598

9. Arrendamento: 9.1. Arrendamento - arrendador: A Administração da Companhia avaliou que o contrato de suprimento de energia, firmado com a Companhia Geradora e com a Transmissão de Energia S.A. ("Amazonas Energia" ou "Amazonas"), contém um arrendamento conforme os critérios contábeis na norma contábil. O arrendamento financeiro a receber, decorrente desse contrato, é remunerado pela taxa de retorno de 5,73% a.a. em 31 de dezembro de 2024 (5,73% a.a. em 31 de dezembro de 2023), de acordo com a projeção do valor presente dos recebimentos futuros, líquidos dos impostos sobre faturamentos, descontados dos custos de construção das usinas. Os recebimentos mínimos futuros, atualizados pela variação anual do IGP-M, conforme previsão contratual, descontados pela taxa de retorno do arrendamento. O saldo de arrendamento a receber no exercício de 2024, é detalhado por seu valor original, acessado da taxa de retorno de 5,73% a.a., e apresentado da parcela histórica dos valores recebidos ao longo do contrato.

	Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023
Leasing financeiro	22.463	65.714
Total	22.463	65.714
Circulante	22.463	21.338
Não Circulante	-	44.376

A movimentação da conta durante o exercício foi como segue:

	Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023
Saldo inicial	65.714	85.893
Baixas	(2.637)	-
Receita financeira	2.816	4.292
Amortização	(43.430)	(24.471)
Saldo final	22.463	65.714

O fluxo de pagamento:

	Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023
Até 1 ano	22.463	21.338
Acima de 2 anos	-	44.376
Total	22.463	65.714

Considerando que a controlada indireta Raesa espera utilizar os ativos, enquanto houver contrato de suprimento de energia firmado entre as partes, e prevê a renovação da UTE Cristiano Rocha para Amazonas GT ao término contratual, previsto para ocorrer em maio de 2025, a vida útil estimada está limitada a maio de 2025, quando se encerra esse contrato. O aumento da amortização deve-se à mudança de vida útil do arrendamento, que antes estava limitado ao período de novembro de 2026, e foi alterado para a vida útil estabelecida pelo contrato de suprimentos de energia que finda em maio de 2025. **9.2. Arrendamento - arrendatário:** A Companhia possui contratos de arrendamentos referente a locação de terrenos onde estão instalados os aerogeradores dos parques eólicos Alegria I e Alegria II e arrendamentos de imóveis, equipamentos de informática e veículos. Os valores referentes ao reconhecimento inicial do direito de uso dos ativos

13. Investimento e provisão para perda de investimentos: 13.1. Controladora - Investimento e provisão para perda de investimentos: O período, conforme apresentado:

Informações sobre a Investida em 31/12/2024	2007 Participações S.A. (i)		NEO		Termelétrica Monte Pascoal		Termelétrica Pernambuco IV		Termelétrica Termpower V		Total
	CEU	Itapebi	Monte Pascoal	Pernambuco	Termpower V	Termpower VI					
Ativo circulante	685.175	56.562	2	-	-	-	-	-	-	-	-
Ativo não circulante	223.628	725.963	11.122	23.470	6.009	11	-	-	-	-	-
Passivo circulante	940.044	241.937	1	113	35	582	1	1	1	1	-
Passivo não circulante	220.640	726.685	24.055	53.470	1.020	48	8	10	10	10	-
Receita líquida	35.696	136.509	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Resultado do exercício	(3.391)	(19.300)	1	(2.085)	(1.792)	(29)	(3)	(3)	(3)	(3)	-
Patrimônio líquido	(302.269)	(186.097)	(12.934)	(31.190)	4.971	(630)	(9)	(11)	(11)	(11)	-
Porcentual de participação	96,04%	100,00%	71,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	-
Investimento em 31/12/2022	(458.557)	(222.408)	(9.180)	(32.429)	-	(606)	(416)	(17)	(723.613)	-	-
Aumento de capital	-	-	1.051	31	16	410	10	1.518	10	1.518	-
Equivalência patrimonial	171.516	55.613	(1)	2.273	1.499	(11)	-	-	-	-	-
Provisão para perda de investimento em 31/12/2023	(287.041)	(166.795)	(9.181)	(29.105)	-	(601)	(7)	(8)	(492.738)	-	-
Investimentos em 31/12/2023	(3.258)	(19.302)	1	(2.085)	6.763	(29)	(3)	(26.471)	(26)	(26)	-
Provisão para perda de investimento em 31/12/2024	(290.299)	(186.097)	(9.180)	(31.190)	-	(630)	(9)	(11)	(517.416)	-	-
Investimentos em 31/12/2024	(290.299)	(186.097)	(9.180)	(31.190)	4.971	-	-	-	4.971	-	-

(i) Informações consolidadas que incluem a posição financeira da controlada indireta RAESA.

13.2. Consolidado - provisão para perda de investimento: Em 31 de dezembro de 2024, o saldo consolidado da provisão para perda de investimentos apresentado no passivo não circulante refere-se à participação da Companhia na CEU no montante de R\$ 9.180. **13.3. Controladora - ativo:**

	Monte Pascoal	
Investimento em 31/12/2023	6.763	-
Equivalência patrimonial	(1.792)	-
Investimento em 31/12/2024	4.971	-

14. Depósitos vinculados: Os depósitos vinculados referem-se a aplicações financeiras de Certificados de Depósitos Bancários (CDBs), firmados com instituições que visam assegurar o pagamento de obrigações da Companhia e suas investidas. A composição do saldo dos depósitos vinculados é como segue:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
CDBs - BNB (i)	99% CDI	-	29.135	26.308
CDBs Renda	-	-	-	-
Fixa - BNB (i)	100% CDI	-	60.502	54.838

15. Imobilização: A composição do imobilizado é apresentada conforme segue:

	Controladora		Consolidado			
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023		
Itens	Taxa de Depreciação (%)	Custo	Ajuste ao valor recuperável	Depreciação acumulada	Valor residual	Valor residual
Móveis e utensílios	10,0%	40	-	(28)	12	14
Máquinas e equipamentos	10,0%	831	-	(650)	181	209
Total		871	-	(678)	193	223

	Controladora		Consolidado			
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023		
Itens	Taxa de Depreciação (%)	Custo	Ajuste ao valor recuperável	Depreciação acumulada	Valor residual	Valor residual
Edificações, obras civis e benfeitorias (i) e (ii)	-	-	-	-	-	-
Máquinas e equipamentos (ii) e (iii)	32,5%	112.648	(81)	(88.780)	23.767	60.436
Móveis e utensílios	4,0%	1.022.536	-	(534.697)	487.839	531.601
Custo para Desmobilização (iv)	11,81%	127	-	(89)	39	47
Mais-valia (PPA NEO) (v)	4,9%	11.337	-	(6.079)	5.258	5.818
Total	3,3%	30.830	(81)	(7.365)	23.465	24.493
		1.177.498		(637.009)	540.408	622.395

(i) Investimento da controlada indireta RAESA referente ao projeto de conversão dos motores para operação em 100% gás natural. A conversão do primeiro motor teve início em setembro de 2020, com a entrada em operação em janeiro de 2021 e término em setembro de 2021, com a conclusão da conversão dos 5 motores remanescentes; (ii) Anualmente a Companhia realiza avaliação com assessores externos dos ativos das controladas com outorgas revogadas, a fim de garantir que o registro contábil esteja de acordo com o valor recuperável (R\$ 42.664 - Itapebi, R\$ 1.028 - Monte Pascoal, R\$ 10.307 - Termpower V, e R\$ 81 - 2.664 - Itapebi); (iii) Saldo referido ser, substancialmente, aos ativos fixos da controlada NEO, que compreende o complexo edício Alegria I e Alegria II. A gestão do ativo fixo imobilizado da NEO visa atender às determinações da Resolução ANEEL nº 674/2015 e do Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico (MCPSE), os quais devem ser utilizados pelas empresas do setor de energia elétrica; (iv) Obrigação contratual da controlada NEO, referente aos custos de desmontagem e

arrendados e das obrigações assumidas para os contratos de arrendamento mercantil, e respectivas movimentações estão demonstrados a seguir:

	Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023
Direito de uso	16.049	16.049
Saldo em 31 de dezembro de 2022	(1.935)	-
Amortização	(402)	-
Atualização	13.712	-
Saldo em 31 de dezembro de 2023	(1.994)	-
Amortização	509	-
Atualização	12.227	-
Saldo em 31 de dezembro de 2024	12.227	-
Circulante	-	-
Não circulante	-	-
Arrendamento a pagar	Consolidado	Consolidado
	31/12/2024	31/12/2023
Saldo inicial	16.670	19.206
Variação monetária/juros	2.959	3.215
Pagamentos	(3.679)	(4.085)
Remensuração	-	(366)
Saldo final	17.950	18.970
Circulante	874	918
Não circulante	17.076	17.752

Para determinação do valor justo dos contratos de arrendamentos de terrenos, aplicou-se a taxa de desconto de 11,16% a.a., considerando custo de capital de terceiros, ponderado pelo WACC regulatório do período. Adicionalmente, a Companhia considerou nos cálculos o prazo contratual, sendo em sua maioria, com término em 2030. Os pagamentos mínimos futuros compreendem os montantes devidos pela Companhia ao arrendador pela obrigação oriunda da transferência do direito de uso do ativo durante o prazo de arrendamento. Em 31 de dezembro de 2024, são conforme segue:

	Consolidado				
	Fluxo	Até	Até	Até	Acima
	até 12 meses	24 meses	36 meses	4 anos	
Passivo de arrendamento	17.950	874	1.748	2.622	12.706
A Companhia aplicou a isenção de reconhecimento de arrendamento de curto prazo, ou seja, arrendamentos cujo prazo seja igual ou inferior a 12 meses a partir da data de início e que não contenha opção de compra para o ativo arrendado. Também aplicou a isenção para arrendamentos que possuem baixo valor por conjunto de bens arrendados. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, o montante consolidado reconhecido como despesas de arrendamentos de curto prazo e arrendamentos de baixo valor foi de R\$ 874 e referem-se aos arrendamentos de máquinas e equipamentos, equipamentos de informática e veículos.	-	-	-	-	-
10. Estoque: O saldo de estoque refere-se a peças para manutenção e reposição das usinas em operação e são apresentados conforme segue:					
	Consolidado		Consolidado		
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023	
New Energy Options Geração de Energia S.A.	6.325	6.325	-	-	-
Rio Amazonas Energia S.A.	26.059	29.200	-	-	-
(-) Provisão para perdas de estoques (i)	(10.198)	(10.198)	-	-	-
Total	22.186	25.147	-	-	-

(i) Refere-se ao reconhecimento da provisão de perda estimada para determinação das peças de manutenção dos motores que não serão mais utilizados para manter as atividades operacionais da empresa, devido a conclusão do projeto de conversão dos motores para 100% gás natural.

11. Propriedades para investimento: As propriedades para investimento da Companhia consistem em terrenos, no Município de Cabo de Santo Agostinho/PE, onde seriam instaladas as Termelétricas Monte Pascoal e Itapebi e em Santa Rita/PB onde seria instalada a Termelétrica Termpower VI, investidas cujas outorgas foram revogadas. **a) Posição:**

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Cabo de Santo Agostinho/PE	840	782	840	782
Santa Rita/PB	2.603	2.603	2.603	2.603
Total	3.443	3.385	3.443	3.385

A Companhia avalia o valor justo com base em preços observáveis de mercado, ajustados, se necessário, à natureza, localização e condições destes terrenos. Os laudos de avaliação são emitidos por avaliadores externos independentes, com licença reconhecida e pertencente. O método para mensuração do valor justo utilizado para esta avaliação foi o Método Comparativo Direto de Mercado, o qual analisa e compara elementos semelhantes ou assemelhados ao avaliando, com objetivo de encontrar a tendência de formação de seus preços. Por fim, concluiu-se, com base nos laudos emitidos considerando a reversão do impairment no montante de R\$ 58, durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, decorrente da desvalorização das terras localizadas em Cabo de Santo Agostinho/PE, que o valor justo líquido do custo de negociação desses ativos é de R\$ 3.443. A Companhia está avaliando a melhor utilização para os referidos terrenos.

12. Intangível: O intangível é composto pelos ativos identificados em combinação de negócios e por gastos relativos a softwares, conforme demonstrado a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Saldo inicial	113	22	58.897	68.713
Adições	-	-	12	125
Amortização	(2)	(9.816)	(87)	(9.905)
Saldo final	113	20	58.897	850

Investimentos e provisão para perda de investimentos: A provisão para perda de investimento é composta pelo valor do passivo a descoberto das investidas no período, conforme apresentado:

Informações sobre a Investida em 31/12/2024	2007 Participações S.A. (i)		NEO		Termelétrica Monte Pascoal		Termelétrica Pernambuco IV		Termelétrica Termpower V		Total
	CEU	Itapebi	Monte Pascoal	Pernambuco	Termpower V	Termpower VI					
Ativo circulante	685.175	56.562	2	-	-	-	-	-	-	-	-
Ativo não circulante	223.628	725.963	11.122	23.470							

